

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GRAÇA TIANE ROGÉRIO

Adjunto de Superintendente da Polícia

Trabalho Individual Final

4.º Curso de Direção e Estratégia Policial

**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS: A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS DE MENORES EM MOÇAMBIQUE**

ORIENTADOR: Dr. PEDRO MIGUEL CORREIA GONÇALVES

Lisboa, 10 Novembro de 2017



**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS: A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS DE MENORES EM MOÇAMBIQUE**

GRAÇA TIANE ROGÉRIO

Adjunto de Superintendente da Polícia

4.º Curso de Direção e Estratégia Policial

ORIENTADOR: Dr. PEDRO MIGUEL CORREIA GONÇALVES

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

TRABALHO INDIVIDUAL FINAL

LISBOA, 10 DE NOVEMBRO DE 2017

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho constituiu um esforço necessário de colaboração e ajuda de algumas pessoas sem as quais não teria sido possível alcançar os objetivos.

Devo uma palavra de reconhecimento ao Dr. Pedro Miguel Correia Gonçalves, que, prontamente, aceitou orientar este trabalho, tendo para isso servido de base para a conclusão do mesmo. Para ele vai o meu mais profundo "Obrigado".

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, na pessoa do Presidente do Conselho Diretivo e à todos os funcionários do respetivo órgão que de forma direta ou indireta contribuíram para que estudos necessários à realização deste trabalho fossem concluídos.

Aos dirigentes máximos do Ministério do Interior e do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique que merecem profundos reconhecimentos pela indicação da minha pessoa para fazer parte do curso, cuja magnitude é incalculável.

À Dra. Lurdes Mabunda, Superintendente Principal da Polícia e Chefe do Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência, no Comando-Geral da PRM pela flexibilidade na disponibilização de documentos institucionais para a produção deste trabalho e pela sábia indicação do senhor Superintendente da Polícia, Delfino José Raimundo, Chefe de Repartição de Atendimento às Vítimas, deste Departamento a quem quero manifestar a minha gratidão pela amável disponibilidade em aceder ao pedido de realização de entrevista.

Ao Mestre Albachir Macassal, Diretor Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos vão os meus profundos reconhecimentos por ter acedido à entrevista.

E por último, aos caros colegas do 4.º CDEP pela amável companhia dada durante o curso.

" Muito obrigado".

RESUMO

Os direitos fundamentais de menores em Moçambique independente sempre foram matéria de interesse dos governantes se tivermos em conta que as balizas constantes do Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro continuaram a vigorar, mormente as do Código Penal. Em 1979, surgiu o primeiro texto originário de Moçambique que reconhece os direitos das crianças — a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada através da Resolução n.º 23/79, de 26 de Dezembro — que, mesmo sendo de natureza interna impulsionou o Estado Moçambicano a criar espaço jurídico de manifestação dos direitos fundamentais dos menores.

Em 1990, Moçambique adere a Estado Parte da Convenção sobre os Direitos da Criança através da Resolução nº 19/90, de 23 de Outubro, do Conselho de Ministros, processo que culminou com a ratificação em 1994 da CDC passando esta a vigorar na ordem jurídica interna conforme preceitua o artigo 18.º, n.ºs 1 e 2 da Constituição da República de Moçambique (de 2004) e, daí o assumir de todas as obrigações nesta matéria. A partir de 1999 cresce o leque de legislação que versa da promoção e proteção dos direitos fundamentais de menores com aprovação da Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro para regular e disciplinar o acesso de menores tanto a recintos públicos de diversão noturna, como exposição, venda ou aluguer e projeção de filmes em vídeo-cassete interditos a menores de dezoito anos e, compra e consumo de bebidas alcoólicas e tabaco; aprovação da Constituição da República de Moçambique (de 2004) que se tem como íntegra; da Lei da Família; da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro que, criminaliza a violência doméstica praticada contra a mulher e criança, e demais leis, conforme ilustra o capítulo 2 deste trabalho. Particular atenção dá-se à Lei n.º 8 /2008, de 15 de Julho—Lei da Organização Tutelar de Menores, que expressamente, revogou o Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro.

No ano 2000 a PRM foi dotada de área específica, Departamento de Atendimento à Família e Criança Vítimas de Violência, que se desdobra pelo país inteiro.

Palavras-chave: Direitos fundamentais, Criança, Menor, Direitos da Criança, Polícia.

ABSTRACT

The fundamental rights of minors in independent Mozambique have always been matters of interest to governors, bearing in mind that the beacons contained in Decree No. 417/71 of 29 September continued to be in force, especially those of the Penal Code. In 1979, the first text originating in Mozambique that recognized the rights of children - the Declaration of the Rights of the Child, adopted through Resolution No. 23/79, appeared. of December 26th, which, although internal in nature, prompted the Mozambican State to create a legal space for the manifestation of the fundamental rights of minors.

In 1990, Mozambique acceded to the State party to the Convention on the Rights of the Child through Resolution no. 19/90 of 23 October, of the Council of Ministers, which culminated in the ratification in 1994 of the CDC, which became effective in the legal system in accordance with article 18, paragraphs 1 and 2 of the Constitution of the Republic of Mozambique (of 2004) and hence assume all obligations in this regard. Since 1999, the range of legislation that promotes the promotion and protection of the fundamental rights of minors has been approved with the approval of Law no. 6/99, of February 2, to regulate and discipline the access of minors to public nightclubs, such as exhibition, sale or rental and projection of video-cassette films prohibited to minors under eighteen years, and purchase and consumption of alcoholic beverages and tobacco; approval of the Constitution of the Republic of Mozambique (of 2004) that is considered as integral; of the Family Law; of Law 29/2009, of 29 September, which criminalizes domestic violence against women and children, and other laws, as illustrated in Chapter 2 of this paper. Particular attention is given to Law no. 8/2008, of July 15 - Law of the Tutelary Organization of Minors, which expressly revoked Decree n.º 417/71 of 29 September.

In the year 2000 the PRM was endowed with a specific area, Department of Assistance to the Family and Children Victims of Violence, which is deployed throughout the country.

Keywords: Fundamental Rights, Child, Minor, Rights of the Child, Police .

ÍNDICE

Índice

RESUMO	III
ÍNDICE.....	V
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
INTRODUÇÃO	9
JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	12
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES	12
OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	14
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	16
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUALIZAÇÃO.....	16
1.1- A Convenção sobre os Direitos da Criança	16
1.2- Conceito de Direitos Fundamentais.....	16
1.3- Alguns Conceitos de Criança	17
1.4- A questão de Menoridade e Responsabilização	18
1.4- A problemática de casamentos precoces.....	19
CAPÍTULO 2	21
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS MENORES NO ORDENAMENTO JURÍDICO MOÇAMBICANO.....	21
2.1- Breve historial sobre a génese do ordenamento jurídico.....	21
2.2- Dos direitos fundamentais de menores no Código Penal.....	22
2.2.1- Direitos fundamentais de menores no Código Penal de 1886	22
2.2.2- Direitos fundamentais de menores no Código Penal de 2014	23
2.2.3- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro e respetivo Regulamento (Decreto n.º 35/2002, de 11 de Dezembro).	27
2.2.4- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei da	27
Família	27

2.2.5- Os direitos fundamentais de menores na Lei do Trabalho	28
2.2.6- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho (Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança).....	29
2.2.7- A Lei de Organização Tutelar de Menores (Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho)	31
2.2.8- Situação dos direitos fundamentais de menores no Regulamento sobre o Controlo de Produção, Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas	32
CAPÍTULO 3	34
INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA ENVOLVIDAS NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE MENORES	34
3.1- A Polícia da República de Moçambique	34
3.1.1- Visão panorâmica da situação de "violência" praticada contra os menores.....	36
3. 2- O Ministério Público (Procuradoria)	37
3.3- Os Tribunais e as Cadeias.....	38
CAPÍTULO 4	41
CONCLUSÃO	41
4.1- Recomendações.....	39
BIBLIOGRAFIA	44
Legislação:	46
Outras Fontes	47

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexos

Tabela 1- Tabela de abrangência do setor (DAFMVV)

Tabela 2 - Número geral de casos de "violência" denunciados

Tabela 3 - Número de denúncias de casos criminais (violência doméstica)

Tabela 4- Número de denúncias de casos criminais contra liberdade sexual

Tabela 5- Número de outras denúncias de casos criminais

Tabela 6 - Casos cíveis denunciados

Tabela 7 - Outros Casos

Tabela 8- Dados sobre menores em conflito com a lei.

Apêndices

Apêndice 1: Pedido de credencial para efeitos de entrevista e acesso à documentos setoriais

Apêndice 2: Entrevista ao Superintendente da Polícia, Delfino José Raimundo

Apêndice 3: Entrevista ao senhor Diretor Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, Albachir Macassal

LISTA DE SIGLAS

CC	— Código Civil
CDC	— Convenção sobre os Direitos da Criança
CP	— Código Penal
CPP	— Código de Processo Penal
CRM	— Constituição da República de Moçambique
CRP	— Constituição da República Portuguesa
DAFMVV	— Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência
DUDH	— Declaração Universal dos Direitos do Homem
PRM	— Polícia da República de Moçambique
UNICEF	— Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

No mundo e particularmente em Moçambique, assiste-se mudanças de procedimentos e tratamentos relativos à proteção dos Direitos do Homem, matéria antes bastante afluída pelos Estados até que em 10 de Dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Paris - França.

Com a adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem os Estados no mundo ficaram sensibilizados sobre a condição humana e sua importância, pois "ela encerra um conjunto de direitos que constituem um ideal comum a atingir por todos os povos e por todas as Nações e que se devem considerar património comum da humanidade, inscritos numa consciência jurídica universal comum aos povos de todos os continentes"¹. Esse instrumento universal trata de todo o Homem, sem distinção da sua condição, principalmente a idade. Era óbvio que fosse encontrado outra abordagem que pudesse dar primazia a idade e desde logo, criança ou seja menores. Os processos de crescimento e desenvolvimento da criança não podiam ser adequados enquanto estivessem submetidos à adversidades de tratamento e equiparada a um indivíduo adulto. É daí que houve a primordial necessidade de assegurar a promoção e a proteção dos seus direitos. Instituiu-se, assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança, na qual está patente um conjunto de direitos inerentes a sua vida.

A situação jurídica do menor não é pois, durante todo o período em que existe, sempre idêntica, havendo aspetos de regime que variam em função da idade do menor². Assim, por exemplo, o Código Civil (Português) estabelece uma presunção de falta de imputabilidade relativamente aos menores até aos sete anos, não beneficiando os restantes de tal presunção, pelo que, para serem considerados inimputáveis, terão de fazer prova de tal condição no momento da prática do ato ilícito³.

¹ Vide Ireneu Barreto, *in* Maria Reynulds de Sousa & Isabel de Castro, (Coord.) (1991). *Igualdade, Democracia e Direitos Humanos*; p. 61.

² Ana Prata, (1999). *Dicionário Jurídico*. 3.^a edição, p. 640.

³ Vide art. 488, n.º 2 do C. C.

Outros exemplos de diferenciação de situação jurídica é também a declaração no Código de Processo Penal de inábeis para prestarem juramento, por incapacidade natural, os menores - "Nunca prestarão compromisso de honra: 1.º Os menores de catorze anos"⁴, e o Código Penal preceitua que "são inimputáveis os menores que, tendo mais de dezasseis anos e menos de vinte e um, tiverem procedido sem discernimento"⁵.

Os direitos representam só por si certos bens, as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens enquanto que as liberdades são formas de manifestação da pessoa sendo que estas pressupõem modos de estruturação do Estado⁶. E, segundo Jorge Miranda, "somente há direitos fundamentais (...) quando o Estado e a pessoa, a autoridade e a liberdade se distinguem e até, em maior ou menor medida, se contrapõem"⁷. Enquanto isso, na aceção de Ana Prata, garantia "é o elemento da relação jurídica que se traduz na possibilidade de utilização da força pública para assegurar ao sujeito ativo à realização do seu direito"⁸.

Moçambique para garantir e assegurar os direitos dos menores a Assembleia da República tem aprovado legislação visando a promoção e proteção dos direitos da criança, designadamente a Lei contra a Violência Doméstica, a Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, a Lei sobre o Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças e o Código Penal, bem como, ratificou algumas convenções, com destaque para a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, a Convenção para a Idade Mínima de Admissão ao Emprego e a Convenção sobre a Proibição e Eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil⁹.

A Constituição da República de Moçambique reconhece os direitos da criança plasmando no artigo 47 o seguinte:

1. As crianças têm o direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar;

⁴ Vide art. 97 do C P P, Moçambicano.

⁵ Vide art. 47, n.º 1 alínea a) do C P, Moçambicano.

⁶ Jorge Miranda. (1993-1994). *Direito Constitucional II*; p. 54.

⁷ Idem, *op. cit.*, p. 13.

⁸ Ana Prata. (1999). *Dicionário Jurídico*, 3.ª ed., p. 491.

⁹ Verónica Nataniel Macamo Dlhovo, Presidente da Assembleia da República, *in* Jornal NOTÍCIAS, N.º 30.127, Edição da Quarta-Feira, 16 de Agosto de 2017, p. 7.

2. As crianças podem exprimir livremente a sua opinião nos assuntos que lhes dizem respeito, em função da sua idade e maturidade.

Como forma de exprimir livremente a opinião os menores estão organizados em agremiações, designadamente *Organização dos Continuadores de Moçambique* e *Parlamento Infantil* onde, através destes reúnem e debatem os seus direitos e solicitam do governo explicações sobre o tratamento que lhes estejam a ser submetidos. Por sua vez o governo detém na sua estrutura orgânica o Ministério do Género, **Criança** e Ação Social, entidade pública governamental que em coordenação com as demais — Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, e, Ministério do Interior — conjuntamente comungam políticas administrativas e estratégicas para a promoção e proteção dos direitos dos menores¹⁰.

¹⁰ Vide Albachir Macassal. Apêndice 3- Entrevista, questão 9.

JUSTIFICATIVA DO TEMA

A razão da escolha do tema prende-se com a necessidade de saber da existência ou não de dispositivos legais para a promoção e proteção dos Direitos fundamentais de Menores em Moçambique, assim como saber se estes dispositivos têm a inspiração do preconizado internacionalmente, pois o artigo 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança impõe a obrigatoriedade de os Estados Partes tomarem todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra qualquer espécie de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo o abuso sexual enquanto se encontrar ao cuidado dos pais, de representante legal ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.

Por outro lado o desenvolvimento saudável da criança é de importância basilar, e a aptidão para viver harmoniosamente num meio variável é essencial o tal desenvolvimento.

Assim, Moçambique é uma das nações que não se deixou de fora no reconhecimento daqueles direitos tanto dos constantes da DUDH como aqueles preconizados na CDC estes últimos testemunhados pelo ato da sua ratificação em 1994. Portanto, a ansiedade de compreender a forma de operacionalização deste instrumento internacional no quadro jurídico constitucional e legislativo da República de Moçambique dominou esse estudo.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

Com a proclamação da independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975 o país passou a reger-se por uma Constituição na qual se estabelecem os direitos, as liberdades e garantias do povo moçambicano. A defesa de grupos específicos e vulneráveis da sociedade moçambicana, especialmente os menores é uma preocupação da qual Moçambique é uma das nações que não se deixou de fora no reconhecimento daqueles direitos tanto dos constantes da DUDH como aqueles preconizados na CDC estes últimos testemunhados pelo ato da sua ratificação em 1994 e da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (1998).

A livre circulação de pessoas, quer no plano interno quer no internacional, associada à depauperação de parte da população moçambicana, trouxe para a luz do dia a seriedade e gravidade do problema do tráfico de pessoas, neste caso menores, maus tratos, abuso sexual, consumo de drogas, entre outros males. A investigação procura dar resposta à seguinte questão de partida:

Sabendo-se que até 25 de Junho de 1975 a justiça juvenil era regulamentada pelo Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro-Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar, que garantias a República de Moçambique dispõe, por via da Constituição da República e outra legislação, para a promoção e proteção dos direitos fundamentais de menores:?

Para responder à pergunta de partida importou abordar outras questões, que, enquanto perguntas intermédias, permitiram construir um caminho mais claro, rumo às conclusões sobre o problema central deste trabalho. Neste seguimento, as perguntas derivadas (PD) são:

PD 1: Como está organizada a Polícia da República de Moçambique para lidar com os direitos da criança e com os menores em conflito com a lei?

PD 2: A organização e funcionamento do Ministério Público, dos Tribunais e das Cadeias responde à necessidade de acautelar os direitos da criança?

Do mesmo modo partimos de três hipóteses como linhas mestres de orientação, as seguintes:

1- Na República de Moçambique os menores e os adultos gozam dos mesmos direitos civis, políticos, sociais e culturais constitucionalmente reconhecidos e promovidos.

2- A Constituição Moçambicana não aflora sobre os direitos fundamentais de menores e nem dá azo para o desenvolvimento de políticas de promoção e proteção dos direitos da criança.

3- Moçambique ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, assim como demais instrumentos internacionais como mero ato político para a sua inserção na esfera internacional.

OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Delineada a questão da investigação, seguiu a formulação do objetivo geral: **comprovar se a Constituição da República de Moçambique cria quadro jurídico favorável à realização dos direitos da criança.**

Face ao objetivo geral, foi ainda necessário precisar e restringir as linhas orientadoras da investigação, relevando os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar os tipos de direitos da criança que Moçambique se comprometeu promover e proteger bem como a legislação estabelecida e explorar as ações desenvolvidas.
- ii. Explorar os parâmetros de tratamento de menores em conflito com a lei para efeitos de prevenção criminal que garantam a sua recuperação social.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Para a realização deste trabalho recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à entrevistas.

A pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o assunto objeto de pesquisa, em livros, revistas, jornal, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico com o objetivo de colocar o pesquisador em contacto direto com todo o material já escrito e que tenha relação com o tema¹¹.

As entrevistas visaram que a nossa investigação ganhasse maior dinâmica pois constituem instrumentos de observação que detêm a vantagem de permitir que os entrevistados exponham livremente as suas aceções, fornecendo informações mais concisas sobre a matéria em estudo. Deste modo as entrevistas foram estruturadas, onde para a condução da comunicação oral elaborou-se guiões, com incidências à matéria relacionada com a natureza de cada instituição¹².

¹¹Eva M. Lakatos & Mariana A. Marconi. (2001), *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4.ª ed., p. 66. Cfr. Vide também Manuela Sarmiento. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*; p.13.

¹²Cfr. Manuela Sarmiento. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e*

Foi concebido um plano de execução que consistiu em cinco fases: elaboração de projeto; pesquisa e reunião de material de estudo; análise, tratamento de dados obtidos e elaboração do documento final; entrega do trabalho final, e defesa.

Para melhor elucidação o nosso estudo inferiu dados estatísticos referentes à violação dos direitos da criança.

Por fim, da análise supracitada, retirou-se as principais conclusões do estudo.

Na elaboração do trabalho foi utilizado o novo acordo ortográfico, tendo sido efetuadas as devidas correções nos textos das obras dos autores referenciados.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUALIZAÇÃO

1.1- A Convenção sobre os Direitos da Criança

A comunidade internacional por considerar que o futuro do desenvolvimento económico, social, cultural e político de todas as nações do mundo, dependia das crianças, viu a necessidade de inventariar todos os aspetos negativos capazes de enfermar este grupo etário.

Assim, Assembleia Geral das Nações Unidas, adotou por unanimidade a 20 de Novembro de 1989, a CDC, que lhe reconhece a necessidade de cuidados e proteção especial, incluindo a proteção jurídica adequada, tanto antes como após o seu nascimento.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é um instrumento fundamental na administração da justiça de menores, que predispõe um leque de medidas que visam proteger os interesses diretos da Criança e procura entre outros evitar que ela entre em conflito com a lei, porque adota normas que combatem o consumo de drogas e previne a utilização de crianças no tráfico de drogas¹³; protege a criança contra todas as formas de violência e exploração sexual, incluindo a atividade sexual ilícita, exploração de crianças na prostituição ou práticas ilícitas e a exploração da criança na produção de espetáculos ou material pornográfico¹⁴; recomenda adotar-se medidas nacionais, bilaterais e multilaterais para impedir o rapto, a venda ou tráfico de crianças independentemente da finalidade ou forma¹⁵, e proteger contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspeto do bem-estar da criança¹⁶.

1.2- Conceito de Direitos Fundamentais

Por direitos fundamentais, Jorge Miranda entende-nos como sendo "os direitos ou as posições jurídicas subjetivas das pessoas enquanto tais,

¹³ Vide art. 33 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

¹⁴ Idem, art. 34.

¹⁵ Idem art. 35.

¹⁶ Idem art. 36.

individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material (...)”¹⁷. O autor defende que para que possa haver direitos fundamentais é necessário que as pessoas estejam em relação imediata com o poder, beneficiando, por via disso, de um estatuto comum e não separadas em razão dos grupos ou das condições a que pertençam¹⁸. Para Jorge Miranda "os direitos, liberdades e garantias são direitos de libertação do poder e, simultaneamente direitos à proteção do poder contra outros poderes (...)”¹⁹.

Quanto a nós o referido vínculo com o Estado por si só não basta pois é necessário que estas mesmas pessoas gozem de capacidade de exercício e lhes seja atribuído o direito de capacidade para o seu exercício²⁰.

1.3- Alguns Conceitos de Criança

A Convenção sobre os Direitos da Criança define a criança como sendo todo o ser humano menor de dezoito anos de idade, salvo se nos termos da legislação que lhe for aplicável atingir a maioridade mais cedo²¹.

A Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança estabelece que "ser uma criança, significa todo o ser humano com idade inferior a dezoito anos de idade”²².

Na base da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, é considerada criança toda a pessoa menor de dezoito anos de idade, contudo, a definição que esta lei dá estende-se também, para casos expressamente previstos, aos menores com mais de dezoito e menos de vinte e um anos de idade²³.

Por outro lado, é menor a pessoa que não atingiu ainda a maioridade (isto é, de idade inferior a dezoito anos), não tendo, consequentemente, capacidade de exercício²⁴.

¹⁷ Jorge Miranda. (1993-1994). *Direito Constitucional II*; p. 5.

¹⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 6.

¹⁹ *Idem*, *op. cit.*, p.60.

²⁰ Vide Jorge Miranda & Rui Medeiros. (2017). *Constituição Portuguesa Anotada Volume I*. 2.ª ed., pp. 156 e 157.

²¹ Vide art. 1 da CDC.

²² Vide art. 2 da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança.

²³ Vide art. 3 n.º 1 e 2 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

²⁴ Ana Prata. (1999). *Dicionário Jurídico*, 3.ª ed. p. 640.

Assim, ser menor confere um estatuto próprio que a comunidade internacional reconhece e consagra os devidos direitos fundamentais, que devem ser promovidos e também protegidos pelo poder e, contra àqueles poderes que possam abusar dos mesmos. É o caso evidente que se aborda neste trabalho.

1.4- A questão de Menoridade e Responsabilização

Em Moçambique, a maioridade civil que se atinge aos vinte e um anos²⁵ em sede do Código Penal esta produz todos os seus efeitos nas relações da lei criminal, quando a menoridade for a base para a determinação do crime²⁶.

A responsabilidade penal adquiria-se completados os dezasseis anos de idade conforme resultava da conjugação dos art.109 do CP²⁷ e 16 do Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar, aprovado pelo Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro, e que também pela força do art. 21 deste último preceito legal, aos indivíduos de idade inferior a dezasseis anos embora fossem agentes de algum fato descrito pela lei penal como crime ou contravenção, não seriam aplicadas medidas penais privativas de liberdade. Atualmente a ausência de necessária inteligência e liberdade no menor é acolhida pelo regime jurídico do CPP vigente para isentar do juramento os menores de catorze anos²⁸.

O CP vigente estabelece a imputabilidade de menores quando delinquentes desde que sejam maiores de dezasseis anos e menores de vinte e um anos de idade, podendo cumprir as penas ou medidas privativas de liberdade, especialmente para fins de educação em estabelecimentos penitenciários de recuperação juvenil e não havendo estes, em estabelecimentos penitenciários comuns devendo estar separados dos demais delinquentes²⁹.

Da conjuntura de responsabilização do jovem conduz ao entendimento de que "toda a política de juventude deverá estar assente em objetivos prioritários de desenvolvimento da personalidade dos jovens e a criação de condições

²⁵ Vide art. 122 do CC.

²⁶ Vide art. 10 do C P, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro.

²⁷ Idem, CP de 1886

²⁸ Vide art. 97 do CPP.

²⁹ Vide art.75, n.º 1 do C P, vigente.

para a sua efetiva integração na vida ativa, (...)”³⁰, entanto que do ponto de vista dos deveres na sociedade e para evitar provocar enormes perturbações nos seus estágios de desenvolvimento psico-físico e social o menor não deve ser comparado com um adulto³¹.

1.5- A problemática de casamentos precoces

A Convenção sobre os Direitos da Criança não aborda especificamente a questão de casamentos precoces mas nas suas ligações diretamente relacionadas com outros direitos, como por exemplo o direito à liberdade de expressão, o direito de proteção contra todas as formas de abuso, o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e consideração dos melhores interesses da criança, os casamentos de menores podem ser considerados como estando a violar as estipulações da CDC.

Os casamentos prematuros, forçados, arranjos na adolescência são questões intimamente inter-relacionadas e constituem outra forma de violência de menores. Estas práticas são consideradas violência porque na sua quase totalidade, a sua ocorrência não tem como base o livre consentimento dado por ambas as partes. Por esse facto, estes casamentos violam os direitos das pessoas em causa sejam homens ou mulheres e independentemente do sexo³².

De acordo com o estudo da UNICEF, ao casar-se, espera-se que a menor renuncie á sua infância e muitas vezes a escola para assumir o seu papel de mulher e esposa, incluindo manter relações sexuais com um homem mais velho e que pode não ter sido ela a escolher. É nesta perspetiva que o casamento prematuro é visto como violência ou forma de legitimar o abuso sexual das crianças. A prática pode constituir igualmente uma forma de exploração sexual das crianças num contexto que pais casam as menores para obter benefícios económicos, sociais ou para puder sustentar a família³³.

Os casamentos precoces não só negam o direito das partes escolherem se

³⁰ Vide Moisés Chiziane. (2012). *Delinquência e Menoridade em Moçambique*; p. 61.

³¹ Idem, *op. cit.*, p. 61.

³² Vide UNICEF (2004). *Proteção da criança: Manual para Parlamentares, nº 7, União Inter parlamentar, Suíça*, p 92.

³³ Vide Save the Children UK (2007). *Proteger as crianças: atitudes comunitárias em relação ao abuso sexual de crianças nas crianças rurais em Moçambique*. Maputo, p. 6.

querem ou não casarem e com quem, mas também implicam riscos a saúde das raparigas, sejam ou não casadas. O casamento prematuro constitui um fator de risco porque implica quase inevitavelmente relações sexuais. Nas sociedades onde tal se consuma existe a forte pressão para se ter filhos logo após o casamento, com consequências para a privação do direito à educação e no desenvolvimento social e humano das raparigas envolvidas.

Neste tipo de casamentos, no conjunto dos fatores culturais, os ritos de iniciação são considerados um motivo à violência contra menores que ocorre a nível comunitário pois estes agem como obstáculo à frequência dos menores nas escolas. Estes afastam-nas do ambiente escolar para que estas participem destas cerimónias. Para além disso, quando os menores regressam dos ritos de iniciação, muitos deles já não vão a escola, porque são considerados adultos pelas normas da comunidade, procurando por isso exercer outras tarefas.

Segundo Cidália Chaúque, o Governo vai continuar a fazer o seu trabalho, prevenindo todas e possíveis formas de violação dos direitos das crianças visto que malefícios como os casamentos prematuros, gravidez precoce e o consumo de álcool continuam a comprometer o crescimento e o bem-estar da criança³⁴.

³⁴Ministra do Género, Criança e Acção Social, *in* Jornal NOTÍCIAS, N.º 30.127, Edição da Quarta-Feira, 16 de Agosto de 2017, p. 1.

CAPÍTULO 2

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS MENORES NO ORDENAMENTO JURÍDICO MOÇAMBICANO

2.1- Breve historial sobre a génese do ordenamento jurídico

Desde a implantação da República, a 25 de Junho de 1975, o país para além de estabelecer a sua própria Constituição que é a forma de manifestação da vontade do povo e que "ocupa o primeiro lugar na hierarquia das leis (...) "³⁵ herdou de Portugal alguns instrumentos jurídicos de regulação da vida em sociedade. São os casos do Decreto-Lei nº 35007/1945, de 13 de Outubro, o Código Penal aprovado pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886, o Código Civil, o Código de Processo Penal, o Livro IV do Código Civil e o Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro-*Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar*.

A revisão da Constituição de 1975, operada pela Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto permitiu que em 1979 fosse adotada e aprovada a Declaração dos Direitos da Criança, através da Resolução n.º 23/79. de 26 de Dezembro, da Assembleia Popular³⁶, contudo esta não dispunha de força ou obrigações jurídicas.

A Constituição de 1990 acolheu a proteção e dignificação da família como a responsável pelo crescimento harmonioso da criança e, o Estado e a sociedade eram responsáveis pela proteção da criança órfã e da desamparada³⁷. Do mesmo modo incorporou no seu texto os direitos de menores, art. 47, n.º 1, 2 e 3.

³⁵ Estrela Fabrício. (s.d). *Direitos e Deveres para Aprender*, p. 7.

³⁶ Anterior designação dada ao Órgão máximo legislativo de Moçambique, desde 1975 até 1990.

³⁷ Vide art. 56, nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da Constituição da República de Moçambique, de 1990. Cfr. J. J. Gomes Canotilho, & Vital Moreira. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada. Volume I*, p. 867— As criança têm o direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

A CRM de 2004 consagra à todo o cidadão o direito à vida e à integridade física e moral, proíbe a tortura ou tratamento cruéis ou desumanos e declara expressamente a inexistência da pena de morte. Consagra ainda o direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da sua imagem pública e reserva da vida privada³⁸. Esta Constituição concede às crianças o direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar assim como a possibilidade de em função da sua idade e maturidade, livremente exprimir a sua opinião nos assuntos que a elas dizem respeito³⁹, e de forma geral estabelece os princípios gerais de exercício dos direitos, liberdades e garantias individuais, como um bem que deve ser garantido pelo Estado mas que deve ser exercido no quadro da Constituição e das leis⁴⁰. O Estado e a família juntos asseguram a educação da criança⁴¹. Tendendo evitar o aproveitamento de mão-de-obra infantil, é vedado o trabalho que envolva crianças quer em idade de escolaridade obrigatória quer em qualquer outra⁴².

2.2- Dos direitos fundamentais de menores no Código Penal

2.2.1- Direitos fundamentais de menores no Código Penal de 1886

O Código Penal⁴³, de 1886, herdado, já previa e estabelecia determinadas garantias de proteção de menores em conflito com a lei, a começar por definir que "somente podem ser criminosos os indivíduos que têm a necessária inteligência e liberdade⁴⁴" visto que o menor de catorze anos (sendo punível), dezoito ou vinte e um anos, (...) gozava de circunstâncias atenuantes⁴⁵. Na

³⁸ Vide art. 40, n.ºs 1 e 2 e art. 41 da CRM.

³⁹ Idem, art. 47, n.ºs 1, 2 e 3 da CRM.

⁴⁰ Idem, art. 56, n.º 1 da CRM.

⁴¹ Idem, art. 120, n.ºs 1, 2, e 3 da CRM.

⁴² Idem, art. 121., n.º 4 da CRM. Cfr. Canotilho, J. J. Gomes & Moreira, Vital. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada. Volume I*, p. 867—É proibido nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar. Quanto a idade escolar, Vide, também, Jorge Miranda & Rui Medeiros. (2017). *Constituição Portuguesa Anotada. Volume I*, p.1000 — Trata-se, de uma proibição relativa, consagrada nos termos da lei. Cabe, concretamente ao legislador concretizar o conceito de idade escolar sendo certo que, com o conceito da criança e a sua crescente capacidade para decidir autonomamente sobre os seus próprios interesses, pode justificar-se, a partir de certo momento, que o menor tenha acesso ao mercado do trabalho.

⁴³ Código Penal e legislação complementar. (2000). Ao longo do tempo beneficiou, grandemente, das contribuições de Jorge Bacelar Gouveia e Emídio Ricardo Nhamissitane.

⁴⁴ Vide art. 26 do CP de 1886.

⁴⁵ Idem, art. 39 do CP de 1886.

base desse Código, os menores de dez anos gozavam de inimizutabilidade absoluta⁴⁶ enquanto que não tinham imputação relativa aqueles menores que tivessem mais de dez anos e menos de catorze que procedessem sem discernimento⁴⁷.

Em Moçambique as normas relativas aos menores tiveram que ser harmonizadas tendo em consideração o Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro-Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar.

2.2.2- Direitos fundamentais de menores no Código Penal de 2014

Aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro, revogou o Código Penal de 16 de Setembro de 1886. Prevê a inimizutabilidade absoluta aos menores de dezasseis anos e inimizutabilidade relativa aos indivíduos que, sendo maior de dezasseis anos e menor de vinte e um, tiverem procedido sem discernimento. Prevê ainda pena de prisão e multa até seis meses aquele que tendo a seu cuidado ou a que caiba a responsabilidade ou educação de menor, lhe infligir maus tratos físicos, psicológicos, não lhe prestando cuidados ou assistência à saúde e o empregar para o exercício de atividades perigosas de forma a perigar a sua saúde⁴⁸. É uma medida que vem responder à situação contida no art. 32 do CDC.

Esta previsão do CP apresenta o inconveniente de remeter o procedimento criminal à dependência da participação do ofendido ou qualquer outra pessoa que tenha conhecimento do facto⁴⁹.

O tráfico de pessoas, por meio de recrutamento, transporte, acolhimento, fornecimento ou recebimento, sob pretexto de emprego, formação ou aprendizagem, para fins de prostituição, trabalho forçado, escravatura, servidão involuntária ou servidão por dívida será punido com pena de prisão maior de dezasseis a vinte anos⁵⁰. Trata-se de uma medida que enquanto respeitante à criança vai de encontro com a CDC no seu art. 34 e art. 29 da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança.

O Código Penal prevê e sanciona por pena de prisão maior de vinte a vinte e quatro anos, àquele que empregando violência, ameaça ou qualquer fraude,

⁴⁶ Idem, art. 42 do C P de 1886.

⁴⁷ Idem, art. 43 do C P de 1886.

⁴⁸ Vide art. 46, al. a); art. 47, nº 1, al. a) e art. 179, n.º 1 todos do CP vigente.

⁴⁹ Idem, art. 179, n.º 3 do CP.

⁵⁰ Idem, art. 198 do CP.

raptar outra pessoa para fins de a submetê-la à extorsão, à violência, assim como obter resgate, recompensa, constranger a autoridade pública ou terceiro a uma ação ou omissão, ou ainda a suportar uma actividade⁵¹. Esta pena merece particular atenção no n.º 2, alínea c) "(...) praticado contra pessoa indefesa em razão da sua idade", no estudo vertente é o menor, e verificadas as restantes circunstâncias agravantes das alíneas a), b), d), e) e f) do mesmo artigo. Porém a lei remete para punição nos termos do artigo 160 CP-subordinado a crimes hediondos, quando da privação da liberdade resultar a morte da vítima⁵².

Ainda do CP estão bem patentes as previsões e punições quanto aos casos de:

a) Falsas declarações relativas a nascimento ou morte de recém-nascido na pena de dois a oito anos de prisão maior e multa correspondente⁵³ e pena de prisão até seis meses na situação do n.º 2 deste artigo;

b) Subtração violenta ou fraudulenta de menor de doze anos, na pena de prisão maior de dois a oito anos⁵⁴;

c) Constrangimento de menor a abandonar a casa dos pais ou tutores, com pena de prisão e não se descarta a possibilidade de pena maior do cárcere privado, havendo lugar, caso o menor (de vinte e um anos) seja obrigado por violência ou induzido por fraude⁵⁵ e se este for menor de dezoito anos, a pena será o máximo da pena de prisão⁵⁶;

d) Ocultação, troca e descaminho de menores, punível com penas de prisão maior de dois a oito anos⁵⁷ e pena de prisão maior de dezasseis a vinte anos⁵⁸;

e) Exposição ou abandono do menor, punível com pena de prisão e multa correspondente; com prisão maior de dois a oito anos, e com pena de prisão maior de oito a doze anos⁵⁹;

⁵¹ Idem, art. 199, n.º 1 CP.

⁵² Idem, art. 199, n.º 3 CP. Nota importante é a de que no art. 160 do CP não há alteração da moldura penal, senão agravação extraordinária da pena em função do art. 118 do CP.

⁵³ Idem, art. 209, n.º 1 CP.

⁵⁴ Idem, art. 210 CP.

⁵⁵ Idem, art. 211, n.º 1 do CP.

⁵⁶ Idem, art. 211, n.º 2 do CP.

⁵⁷ Para situações dos números 1, 2 e 4 do art. 212 do CP.

⁵⁸ Para a situação do n.º 3 do art. 212 do CP.

⁵⁹ Vide art. 213 n.ºs 1, 2 e 4 do CP.

f) Omissão de apresentação à autoridade do menor exposto, é punível com pena de prisão que vai de um mês a dois anos nos termos do artigo 214 CP.

g) Entrega ilegítima de menor de doze anos. Quem, nos termos previsto pelo artigo 215 CP assim proceder, será punido com pena de prisão de um mês e um ano e multa correspondente;

h) Exposição fraudulenta dos filhos em estabelecimento destinado a receção de expostos. Este ato faz com que os pais com poderio de sustentabilidade para os seus filhos hajam procedido nos exatos termos do artigo 216 CP sejam punidos com pena de multa que varia de um mês a um ano;

i) Desleixo em relação ao menor. Por prática deste tipo de ato o seu autor será nos termos do artigo 217 CP punido com pena de multa correspondente a cinco salários mínimos;

j) O Código Penal prevê a punição com pena de vinte a vinte e quatro anos àquele que violar menor de doze anos, conforme estabelecido no seu artigo 219;

k) Os atos sexuais com menores de dezasseis anos, independentemente de ter havido consentimento e, desde que este ato não implique cópula é punido com pena de prisão de dois a oito anos, nos termos do artigo 220 CP;

l) O Código Penal prevê no artigo 221, n.º 2 a punição com pena de prisão ao atentado ao pudor se a pessoa ofendida tratar-se de menor de dezasseis anos, no caso em que não tenha havido violência;

m) De igual modo o CP responsabiliza com pena de prisão de dois a oito anos a utilização de menores na pornografia nos exatos termos do artigo 226;

n) A corrupção de menores mostra-se um ato punível com pena de prisão de três meses a um ano e multa correspondente àquele que habitualmente excitar, favorecer ou facilitar a devassidão de qualquer menor, para satisfazer os desejos sexuais de outrem⁶⁰;

Este CP reúne mais medidas de defesa e proteção da criança, as seguintes:

a) O cumprimento de penas ou medidas de segurança privativas de liberdade, com o fim especial de educação, em estabelecimentos penitenciários

⁶⁰ Vide art. 228 do CP.

de recuperação juvenil ou em estabelecimento penitenciário comum, por delinquentes maiores de dezasseis e menores de vinte e um anos, mas neste caso separados dos demais delinquentes e, a admissibilidade de prorrogação da pena por dois períodos sucessivos de dois anos aos delinquentes menores de difícil correcção⁶¹.

b) A possibilidade de internamento em instituições vocacionadas ao atendimento e assistência, proteção e educação dos menores pelo tempo de duração da pena ou medida de segurança aos maiores de dezasseis anos e menores de dezoito, com bons antecedentes, condenados pela primeira vez a pena de prisão ou à medida de segurança da alínea b) do artigo 76 do CP⁶².

c) A transferência, por ordem do tribunal competente, do menor para um estabelecimento penitenciário de recuperação juvenil ou estabelecimento penitenciário comum em caso de durante o internamento se mostrar inadequado o regime e reeducação⁶³.

d) A possibilidade de conceder-se a liberdade condicional aos delinquentes menores, quando tendo completado vinte e cinco anos, se mostrarem-se corrigidos, ainda que não tenham cumprido metade da pena⁶⁴.

O Código Penal prevê e sanciona toda e qualquer violação dos direitos da criança previstos neste e noutras legislações específicas, por exemplo a Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

A lei penal vem satisfazer a questão que se colocava sobre procedimentos a ter em conta quanto às **Crianças que cometem crime** posto que em 1990 as Nações Unidas adotaram os Princípios Orientadores de Riade para a Prevenção da Delinquência Juvenil e as Regras para a Proteção de Menores Privados de Liberdade. Estas normas constituem um importante marco jurídico e uma referência única para garantir o respeito pela dignidade da criança, a consideração da sua idade e da proteção específica de que deve beneficiar quando envolvida com o sistema de administração da justiça. Os Princípios de Riade sublinham a importância de serem adotadas medidas progressivas de prevenção da delinquência e também elaboradas medidas que evitem

⁶¹ Idem, art. 75, n.º 1 do CP.

⁶² Idem, art. 75, n.º 2. do CP.

⁶³ Idem, art. 75, n.º 3. do CP.

⁶⁴ Idem, art. 75, n.º 4. do CP.

criminalizar e penalizar um jovem por um comportamento que não cause danos sérios ao seu desenvolvimento ou prejudique os outros.

As Regras para a Proteção de Menores Privados de Liberdade vêm preconizar nomeadamente que a prisão de jovens deve constituir uma medida de último recurso decretada pelo período mínimo necessário e deve ser limitada a casos excepcionais. Estas regras têm nomeadamente por objetivo combater os efeitos nocivos de qualquer tipo de detenção e promover a integração dos jovens na sociedade. Por outro lado, permitem equacionar um processo de reintegração consentâneo com os princípios em vigor numa sociedade democrática.

2.2.3- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro e respetivo Regulamento (Decreto n.º 35/2002, de 11 de Dezembro).

Esta tem por objeto regular e disciplinar o acesso de menores tanto a recintos públicos de diversão noturna, como exposição, venda ou aluguer e projeção de filmes em vídeo-cassete interditos a menores de dezoito anos e, compra e consumo de bebidas alcoólicas e tabaco.

O artigo 3, nº 2 da lei em referência interdita a entrada e permanência de menores de dezasseis anos de idade em discotecas, *dancing* e outros recintos similares, desde que levem a cabo atividades de diversão noturna, ademais, a lei dá uma exceção às medidas de restrições aferidas nos números anteriores ao estabelecer que aquelas "não se aplicam aos menores que, sendo casados, façam prova documental do mencionado estado civil"⁶⁵.

2.2.4- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei da

Família

Aprovada pela Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto e com vigência a partir de 01 de Março de 2005 surge justamente para adequar-se à Constituição e aos demais instrumentos de Direito Internacional, eliminando desta forma

⁶⁵ Idem do art. 3 n.º 3 do CP.

disposições que de alguma forma sustentavam desigualdade de tratamento de relações familiares e de identidade.

Quanto à promoção e proteção dos direitos da criança, estabelece a possibilidade de o cônjuge que tiver a seu cargo filhos menores, exigir ao outro o cumprimento de prestação de alimentos, quando separados de fato, independentemente das causas dessa separação. Portanto, é o dever de assistência que está em causa⁶⁶.

2.2.5- Os direitos fundamentais de menores na Lei do Trabalho

A Lei do Trabalho (Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto) dispõe que "o empregador deve, em coordenação com o organismo sindical competente, adotar medidas tendentes a proporcionar ao menor condições de trabalho adequadas à sua idade, saúde, segurança, educação e formação profissional, prevenindo quaisquer danos ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral e que o empregador não deve ocupar o menor, com idade inferior a dezoito anos, em tarefas insalubres, perigosas ou as que requeiram grande esforço físico, definidas pelas autoridades competentes, após consulta às organizações sindicais e de empregadores". Dispõe ainda que "o período normal de trabalho do menor cuja idade esteja compreendida entre quinze e dezoito anos, não excederá trinta e oito horas semanais e o máximo de sete horas diárias"⁶⁷.

A admissão do menor ao trabalho só deverá ter lugar nas condições impostas pelos artigos 26 e 27 da Lei do Trabalho e quando antes tiverem sido respeitadas as modalidades descritas ainda nesta lei designadamente exame médico, para se conhecer da sua robustez física, saúde mental e aptidão para o trabalho em que será ocupado⁶⁸.

Da conjugação feita entre a CRM e a Lei de Promoção e Proteção dos Direitos de Menores depreendeu-se que o artigo 121, n.º 4 da CRM proíbe a

⁶⁶ Vide art. 97, n.º 2 da Lei da Família.

⁶⁷ Vide art. 23 n.ºs 1, 2 e 3 do Lei do Trabalho.

⁶⁸ Idem, art. 25 da Lei do Trabalho. O n.º 1 do art. 26 desta lei, determina que o empregador só pode admitir ao trabalho o menor que tenha completado quinze anos de idade, mediante autorização do seu representante legal. O n.º 2 fixa que o Conselho de Ministros definirá a natureza e condições em que, excepcionalmente, a prestação de trabalho pode ser realizada por menores de idade compreendida entre doze e quinze anos. Por seu turno, sobre celebração do contrato de trabalho com menor, estabelece o n.º 1 do art. 27, que, o contrato de trabalho celebrado diretamente com o menor de idade compreendida entre doze e quinze anos só é válido mediante autorização, por escrito, do seu representante legal.

submissão ao trabalho de crianças quer em idade de escolaridade obrigatória quer em qualquer outra" mas que a Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho quanto ao acesso a um posto de trabalho, art. 45, remete para a definição por lei própria. Igual remessa faz para com direitos da criança trabalhadora, art. 47. Assim, havendo a Lei do Trabalho conclui-se que é por esta que tudo se processa pelo menos nos termos do seu art. 23 (Trabalho de menores), n.ºs 1, 2 e 3 com estrita observância ao preceituado no número 3 do art. 47 da CRM.

2.2.6- Situação dos direitos fundamentais de menores na Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho (Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança)

Esta lei tem como objeto, segundo o respetivo artigo 1, a proteção da criança, visando “reforçar, estender, promover e proteger os direitos da criança, no estrito senso da definição dada na Constituição da República, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e demais legislação de proteção à criança”.

Para além dos Direitos Fundamentais consagrados no art.4 do título I, subcapítulo I conjugado com art. 11 (âmbito do direito à vida) que compreende o respeito pela vida, integridade física, moral, mental e desenvolvimento integral da criança; art. 12 (âmbito do direito à saúde) do qual se extrai que este direito abrange todas as vertentes com vista ao seu normal nascimento, crescimento e desenvolvimento e art. 13 respeitante à (proteção da vida e da saúde) em que se estabelece que a proteção do direito da vida e da saúde da criança tem de ser mediante a efetivação de políticas sociais públicas que vão permitir o seu nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições inerentes à dignidade humana; também responsabiliza o Estado no asseguramento da sobrevivência, crescimento e desenvolvimento da criança, cujas garantias do seu atendimento médico decorrem do artigo 17. Esta lei possui ainda, na sua estrutura, um artigo subordinado aos “Direitos Especiais” que é substancial para a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, especialmente crianças ao se destacar a necessidade de a criança dever crescer rodeada de amor, carinho, num ambiente de felicidade, segurança e

paz, bem como viver numa família onde se desenvolva o respeito pelos seus membros⁶⁹.

O capítulo II do subtítulo III (Direitos Especiais), para além das matérias de (Acesso a lugares públicos de diversão⁷⁰), (venda ou aluguer de filmes⁷¹) e (proibição de venda de produtos⁷²) contém ainda dois articulados fundamentais vocacionados a prevenir e a combater situações de tráfico de pessoas, um referente à hospedagem de crianças⁷³ e outro sobre a saída e acompanhamento de crianças para o exterior⁷⁴. Assim, o n.º 1 do artigo 59 estabelece ser “proibida a hospedagem de criança em hotel, motel, pensão ou estabelecimento similar, salvo quando for autorizada ou estiver acompanhada pelos pais ou representante legal”. O n.º 2 do mesmo artigo prevê punição nos termos previstos pela lei em caso de inobservância dos princípios deste artigo.

No que tange ao direito à vida e à saúde, mormente direito a um posto de trabalho e à proteção no trabalho há que fazer menção do artigo 20, referente à obrigatoriedade de comunicação de maus tratos sobre a criança. Outrossim, nos termos do respetivo n.º 1, “os casos em que haja suspeita ou confirmação de maus tratos, abuso ou violência contra a criança, devem ser obrigatoriamente comunicados à autoridade policial mais próxima, sem prejuízo de outras providências legais”. Este artigo conjuga-se com o disposto no n.º 1 do artigo 48, ao determinar que “todo o cidadão e as instituições em geral têm o dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança”.

O artigo 28, referente ao direito a acompanhamento familiar, determina que “toda a criança tem direito a ser criada no seio da sua família e, excecionalmente, em família de acolhimento ou adotiva e a ter assegurada a convivência familiar e comunitária”.

⁶⁹ Vide art. 5 n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

⁷⁰ Idem, art. 51 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

⁷¹ Idem, art. 54 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

⁷² Idem, art. 58 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho. Cfr. J. J. Gomes Canotilho & Vital Moreira. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada. Volume I*, p. 875 - A proteção especial tem como contrapartida um dever de proteção, conferindo ao legislador uma credencial constitucional para a limitação de alguns direitos e liberdades individuais das pessoas como é o caso de liberdade de acesso a certos locais (salas de jogo), da assistência a certos espetáculos, da aquisição de tabaco e de bebidas alcólicas, etc., os quais devem pautar-se obviamente pelas regras constitucionais relativa à restrição de direitos fundamentais.

⁷³ Vide, art. 59 da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho.

⁷⁴ Idem, art. 61.

No capítulo em alusão está patente, através do artigo 35, a previsão de que a violação do dever de sustentar a criança, ou ainda o ato dirigido ao seu abandono são punidos nos termos da lei. Há aqui, uma expressa remissão para a legislação penal, onde deve constar a caracterização dos tipos legais de crime de violação do dever de sustentar e de abandono de menor.

2.2.7- A Lei de Organização Tutelar de Menores (Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho)

O Objeto e fim desta lei são garantir a assistência aos menores no domínio da prevenção criminal, mediante a aplicação das medidas de proteção, assistência ou educação e no domínio da defesa dos seus direitos ou interesses, por via de adoção de providências cíveis adequadas.

Revogou, expressamente, conforme o art. 5 do preâmbulo desta lei, o Decreto nº 417/71, de 29 de Setembro ou seja Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar.

A Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho visa harmonizar os procedimentos à favor das crianças em conflito com a lei e preceitua para o estabelecimento de secção de prevenção criminal do Tribunal de Menores para defender a criança e para assegurar que os seus direitos não sejam violados.

Confere competência aos tribunais de menores para decretarem medidas relativamente aos menores que antes de perfazerem dezasseis anos de idade mostrem dificuldades sérias de adaptação a uma vida social normal; levem uma conduta anti-social e se entreguem à libertinagem; estejam em grave situação de risco e que sejam agentes de um fato descrito na lei penal como crime ou contravenção⁷⁵ e, a competência para o conhecimento cessa quando o processo der entrada naquele depois de o menor atingir vinte e um anos de idade, remetendo-se o processo ao arquivamento⁷⁶. Define quais as medidas

⁷⁵ Vide art. 24, nº 1 al. a), b), c) e d) da Lei nº 8/2008, de 15 de Julho. Cfr. Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Portuguesa)—preceitua que, a intervenção judicial tem lugar, entre outras situações, quando não esteja instalada a comissão de proteção de crianças e jovens com competência no município ou na freguesia da respetiva área de residência ou a comissão não tenha competência, nos termos da lei, para aplicar a medida de promoção e proteção adequada, art. 11, al. a).

⁷⁶ Idem, art. 26 da Lei nº 8/2008, de 15 de Julho.

de prevenção criminal aplicáveis aos menores que se encontrem sujeitos à jurisdição dos tribunais de menores, podendo estas serem aplicáveis isoladas ou cumulativamente; o tribunal está livre de escolher entre as medidas aplicáveis a que se mostrar mais adequada a cada caso e considerando sempre o grau de censura social atribuído à conduta do menor, entre outras condições e, cessam logo que o menor atingir vinte anos de idade⁷⁷.

Segundo Carmen Bertolazzi, a Lei de Organização Tutelar de Menores introduz ao lado do Curador de menores a figura do defensor oficioso do menor, que, na prática é nomeado pelo juiz entre os membros do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídico, e isso só se verifica quando a família não tenha contratado um representante legal. O curador de Menores tem a última palavra no caso de divergência de opinião com o mesmo defensor⁷⁸.

Todavia, o curador de menor não só é nomeado na questão de processo de prevenção criminal como também na situação de poder parental quanto aos bens dos filhos, previsto na subsecção III da secção II (poder parental) do capítulo II (efeitos da filiação)⁷⁹.

2.2.8- Situação dos direitos fundamentais de menores no Regulamento sobre o Controlo de Produção, Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas

Aprovado pelo Decreto n.º 54/2013, de 7 de Outubro este dispositivo legal vem responder as preocupações do quotidiano: o Controlo de Produção, Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas, matéria preconizada no art. 33 CDC. Constitui um desafio político-administrativo para as autoridades governamentais.

Do dispositivo em referência há que destacar o capítulo II (Proibições) estando a proibir a venda e consumo de bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos de idade, nas bombas de abastecimento e respetivas lojas de

⁷⁷ Idem, art. 27 e suas alíneas a) até k); art. 28, n.º 1 e art. 44, n.º 1 todos da Lei nº 8/2008, de 15 de Julho.

⁷⁸ Carmen Bertolazzi. *Justiça de Menores em Moçambique*. (2009), p. 14.

⁷⁹ Vide n.º 1, art. 298 da Lei da Família—Se o menor não tiver quem legalmente o represente, o próprio menor, qualquer dos seus parentes, o Ministério Público e o doador ou algum interessado nos bens deixados tem legitimidade para requerer ao tribunal a nomeação de curador especial para efeitos de (art. 297, n.º 1 aceitar a liberalidade ou requerer ao tribunal, no prazo de 30 dias, autorização para aceitar ou rejeitar). Como também, é nomeado oficiosamente um curador para o efeito da sua aceitação quando o tribunal recusar autorização aos pais para rejeitarem a liberalidade; art. 298, n.º 2.

conveniência, nas escolas e nas imediações dos estabelecimentos de ensino (entende-se uma distância de 500 metros ao seu redor), nas vias e espaços públicos (parques, jardins, estradas, passeios, paragens de autocarros e praças de táxis), nos mercados e por ambulantes⁸⁰.

⁸⁰ Vide art. 5, n.º 1 do Decreto n.º 54/2013, de 7 de Outubro.

CAPÍTULO 3

INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA ENVOLVIDAS NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE MENORES

Se relativamente à minoridade e aos direitos destes estão dependentes de políticas estaduais que devem estabelecer as modalidades de ser e do gozo, o mesmo Estado deve criar instituições capazes de garantir e assegurar a realização desses direitos. Tais são os casos de Polícia, Ministério Público (Procuradoria), Tribunais, e, em último caso, as Cadeias.

3.1- A Polícia da República de Moçambique

Moçambique é um Estado de direitos humanos cuja garantia cabe à polícia em colaboração com outras forças de segurança.

Segundo Pedro Clemente "a ação policial começa na prevenção da prática danosa" e, "só uma polícia informada age bem". "A proteção do cidadão depende da eficácia policial". "E a missão policial tem de se orientar pelos desígnios da política pública de segurança. (...) "⁸¹.

A missão da PRM decorre do art. 254 da CRM, de 2004, que estabelece no número 1 que, "em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos". Preceitua ainda, que "no exercício das suas funções a Polícia obedece a lei e serve com isenção e imparcialidade os cidadãos e as instituições públicas e privadas", e à luz do Estatuto Orgânico a Polícia pauta ainda pelo rigor no respeito pelos direitos humanos⁸².

Marcello Caetano ensina que "a polícia não é inimiga da liberdade", pelo contrário, "é uma garantia das liberdades individuais."⁸³, enquanto que, Sérgio

⁸¹ Pedro Clemente. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*; p. 9.

⁸² Vide art. 2, n.º 3 da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto.

⁸³ Marcello Caetano, (1996). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. 1.ª Reimpressão, p. 267.

Felgueiras refere que "a polícia e a sua ação tanto pode representar um apoio ou, pelo contrário, ser vista como um verdadeiro constrangimento". Assim sendo, "está-se no domínio das perceções, isto é, no âmbito da interpretação que os atores coletivos têm sobre o ambiente em geral, o policiamento em particular, em função da sua identidade social, (...)".⁸⁴

No geral, a PRM, no que tange aos menores, tem um papel preponderante no tratamento, registo e encaminhamento dos menores vítimas de violência e em conflito com a lei. É neste contexto que a partir do ano 2000 foi criado na PRM o *Gabinete de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica*⁸⁵ para assegurar a promoção e protecção dos direitos daqueles e da mulher face o nível de violência doméstica que o país registava.

Subordinando-se a Polícia à Constituição e à Lei, assim como ao direito há total obrigação de a PRM proteger e garantir os direitos de todas as crianças com vista ao seu desenvolvimento integral. Trata-se de intervir de forma a prevenir a prática de fatos que a lei qualifica como crime. Esta intervenção impõe-se quer o menor seja em perigo quer seja um menor de 12 a 16 anos de idade que tenha praticado um fato qualificado pela lei como crime, e deste modo a PRM faz valer os direitos da criança, de forma proativa e de cooperação com outras instituições que trabalham, diretamente, com os menores.

Na estrutura definida pelo Decreto n.º 85/14, de 31 de Dezembro (Estatuto Orgânico da PRM) contempla o Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência no nível central e provincial⁸⁶. Até Dezembro de 2016 o DAFMVV congregava 24 Gabinetes (Esquadras específicas) e 261 Secções de Atendimento (nos Comandos Distritais, Esquadras e Postos), conforme ilustra a tabela 1 do anexo.

Este Departamento estatutariamente visa "garantir o atendimento e apoio integrado às vítimas de violência doméstica, crianças e idosos; propor metodologias e ações que permitam mitigar os efeitos das vítimas de violência doméstica, contra crianças e idosos; propor medidas de prevenção e combate

⁸⁴ Sérgio Felgueiras. (2016). *Ação Policial Face à Ação Coletiva*; p. 21.

⁸⁵ Inicialmente nas cidades de Maputo e Beira. Atualmente este sector é designado por Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência. Vide Plano Estratégico do Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior; p. 28.

⁸⁶ Vide art. 9, n.º 1, alínea l) e art. 40, n.º 1, al. k) todos do Decreto n.º 85/14, de 31 de Dezembro.

à delinquência juvenil e da criança em conflito com a lei; e coligir, sistematizar e analisar a informação relativa a casos de violência doméstica, bem como elaborar estudos e propor medidas que contribuam para a sua prevenção e combate"⁸⁷.

A Polícia como estratégia para fazer face as várias solicitações no âmbito da promoção e proteção dos direitos fundamentais dos menores integrou esta matéria nas temáticas das Escolas da PRM incluindo a Academia de Ciências Policiais como também vem levando a cabo ações de formação continua aos agentes afetos às secções de atendimento em todas províncias. Realiza campanhas de palestras para a prevenção e sensibilização nas comunidades; reuniões com os líderes comunitários, religiosos e tradicionais e para com os profissionais de várias instituições⁸⁸.

3.1.1- Visão panorâmica da situação de "violência" praticada contra os menores

Durante o período de 2016 um universo de 9.093 menores foram vítimas de "violência" de vária índole, que quando comparado com o ano 2015 representa um aumento de 364 menores, conforme a tabela 2 do anexo.

Nos casos tipificados como violência doméstica, para o ano 2016 houve o registo de 525 casos. As meninas foram as mais violentadas do que os rapazes com cifras a indicar 357 contra 168 casos. A violência física simples se destacou com 300 casos. No ano 2015 foram registados na tipologia de violência doméstica, 347 casos, também com maior incidência nas meninas. Vide Tabela 3 do anexo.

Em relação aos crimes contra a liberdade sexual, do conjunto de 803 casos registados em 2016, destaque vai para a violação de menor de doze anos com 361 casos e atos sexuais com menores cuja cifra foi de 129 casos todos nas meninas. Comparativamente ao ano 2015 no geral houve o registo de 761 casos e com maior incidência nas meninas. Vide Tabela 4 do anexo.

⁸⁷ Idem, art. 21 do Decreto n.º 85/14, de 31 de Dezembro.

⁸⁸ Delfino José Raimundo, Superintendente da Polícia, Chefe de Repartição de Atendimento às Vítimas, no DAFMVV do Comando Geral da PRM, Vide Apêndice 2- Entrevista, questão 5.

Na categoria de outras denúncias de casos criminais para o ano 2016 houve decréscimo em (-146 casos) pois registou-se 322 contra 468 casos do ano 2015. Maus tratos à menores conheceram 172 contra 226 casos com maior incidência nas meninas. Vide Tabela 5 do anexo.

Na categoria de casos cíveis que mereceram a intervenção policial em 2016 houve o registo de 5.463 contra 5.101 casos de 2015. As incidências foram para a falta de assistência de alimento ao filho com 3.736 contra 3.922 casos, impugnação de paternidade com 370 contra 149 casos e abandono de família com 403 contra 01 caso. Vide Tabela 6 do anexo.

No processo de intervenção policial no ano 2016 foram achadas 1.250 contra 1.226 crianças e recebidas 730 contra 834 crianças tidas perdidas, constantes da Tabela 7 do anexo.

Em relação a menores em conflito com a lei, para o ano 2016 tratou-se de menores de dezasseis anos que, em consonância com o ordenamento jurídico nacional, são inimputáveis. Houve o envolvimento de 60 menores. A tabela 8 do anexo representa os tipos legais de crimes cometidos e o sexo dos menores envolvidos. Assim, o furto e a violação predominaram no comportamento delinquente de menores de dezasseis anos de idade.

3. 2- O Ministério Público (Procuradoria)

O Ministério Público, pelas competências que lhe são atribuídos pela Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, compete "assegurar a defesa jurídica daqueles a quem o Estado deva proteção especial, nomeadamente os menores, (...), nos termos definidos por lei; controlar a legalidade das detenções e a observância dos respetivos prazos; fiscalizar os actos processuais da Polícia criminal e inspecionar as condições de reclusão nos estabelecimentos prisionais e outros similares"⁸⁹.

O Ministério Público intervém no processo de prevenção criminal através de Curador de Menores que funciona junto do tribunal de menores⁹⁰.

⁸⁹ Vide art. 4, n.º 1 alíneas d), h), j) e l) da supracitada lei.

⁹⁰ Vide art. 18 da Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho. Cfr. Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Portuguesa) — O Ministério Público intervém na promoção e defesa dos direitos da criança e jovens em perigo, nos termos da presente lei, podendo exigir aos pais, ao representante legal ou a quem tenha a

Estabelece o artigo 236 da CRM de 2004 que, "ao Ministério Público compete representar o Estado junto dos tribunais e defender os interesses que a lei determina, controlar a legalidade, os prazos das detenções, dirigir a instrução preparatória dos processos-crime, exercer a ação penal e assegurar a defesa jurídica dos menores, (...)". E a Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto acomete ao Ministério Público a defesa dos interesses dos menores⁹¹, intervenção essa que cessa logo que for constituído mandatário próprio ou então se os respetivos representantes legais a ela se opuserem, situação que devem manifestar por requerimento no processo⁹².

Trata-se de intervenção cujo papel é fundamental enquanto garante da segurança jurídica, de cujo objetivo principal é a promoção e a defesa dos direitos e interesses de menores.

3.3- Os Tribunais e as Cadeias

Tutelados pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, nos termos da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto os Tribunais são órgãos de soberania que administram a justiça em nome do povo⁹³. Os tribunais têm por atribuições, entre outras, (...) garantir o respeito pelas leis, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, (...) ⁹⁴. Organizam-se em Tribunal Supremo, Tribunais Superiores de Recurso, Tribunais Judiciais de Província e Tribunais Judiciais de Distrito⁹⁵.

sua guarda de fato os esclarecimentos necessários; o MP acompanha a atividade das comissões de proteção, tendo em vista apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua atividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados; (...) e de modo especial representar as crianças e jovens em perigo, propondo ações, requerendo providências tutelares cíveis e usando de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção. art.72, n.ºs 1, 2 e 3.

⁹¹ Vide art. 6, n.º 1 alínea e) da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto. Cfr. CRP, art. 219, n.º 1 - Ao Ministério Público compete representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar, bem como, com observância do disposto no número seguinte e nos termos da lei, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.

⁹² Vide art. 6, n.º 2 da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto.

⁹³ Vide art. 1. da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto

⁹⁴ Idem, o art. 3, n.º 1 da Lei 24/2007, de 20 de Agosto.

⁹⁵ Idem, art. 29, n.º 1, als. a,) b), c) e d) da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto. Cfr. CRP, art. 202, n.º 1- Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo e n.º 3- No exercício das suas funções os tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades.

Moçambique tem um (01) tribunal especial, o Tribunal de Menores, localizado na Cidade de Maputo. Nas províncias há Secções de Tribunal de Menores que funcionam junto dos Tribunais Judiciais de Província. O mesmo sucede para com os distritos, onde há um Tribunal Judicial de Distrito também funciona uma Secção de Tribunal de Menores⁹⁶.

A lei dos Tribunais estabelece a obrigatoriedade de o Ministério Público na qualidade de digno representante do Estado, dos menores e dos ausentes, de exercer a ação penal e defender a legalidade e os interesses determinados pela Constituição e pela legislação ordinária, fazer-se representar junto de cada tribunal nos termos que a lei define⁹⁷.

O setor da justiça conta com 84 estabelecimentos prisionais existentes no país, incluindo um Centro de Reabilitação Juvenil, localizado no distrito de Boane, província de Maputo cuja capacidade é de 200 homens e tem a sua ala na Penitenciária Industrial de Nampula. Noutras províncias as penitenciárias têm Secções (celas) para os menores, inclusive as celas de trânsito localizadas junto dos tribunais judiciais. O Estabelecimento de Boane é um centro de referência. Uma das actividades é a justiça ressocializante e não retributiva. A política é educar, ressocializar e integrar na comunidade. Dentro dos estabelecimentos há escolas do sistema nacional de educação. Também abriu-se a possibilidade de frequentar-se nas escolas do sistema nacional de educação existentes na comunidade à volta dos estabelecimentos penitenciários. Igualmente as penitenciárias têm formação profissionalizante. Há todo o atendimento no âmbito da saúde⁹⁸.

Para a defesa e promoção dos direitos de menores Moçambique através do setor da justiça tem adotados estratégias como a criação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; institucionalização de Provedor de Justiça; implantação das Procuradorias, dos Tribunais e do próprio Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência - na PRM; implantação do Mecanismo Integrado de Atendimento à Criança Vítima de Violência; criação do Conselho Nacional da Ação Social; adoção da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024; Estratégia Nacional de Prevenção e

⁹⁶ Vide Albachir Macassal. Apêndice 3- Entrevista, questões 1 e 2.

⁹⁷ Vide art. 20, nº 1 da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto.

⁹⁸ Vide Albachir Macassal. Apêndice 3- Entrevista, questões 3 e 4.

Combate aos Casamentos Prematuros 2016- 2019; Plano Nacional de Ação para Crianças Órfãs e Vulneráveis; Plano Nacional de Ação para a Criança 2013- 2019 e Estratégia de Desenvolvimento da Primeira Infância⁹⁹.

⁹⁹ Vide Albachir Macassal. Apêndice 3- Entrevista, questão 6.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO

A revisão da Constituição de 1975 operada pela Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto impulsionou o Estado moçambicano na reflexão dos direitos da criança, fato que se concretizou com a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, mediante Resolução n.º 23/79, de 26 de Dezembro.

Com a ratificação do CDC que vela pela vida da criança, Moçambique para além de incorporar na Constituição (de 2004), os direitos da criança como são os casos dos artigos 47, intitulado Direitos da Criança, 120, referente a maternidade e paternidade, e 121 respeitante à infância, viu a necessidade de estabelecer legislação específica que desvenda toda a panóplia dos direitos da criança, designadamente, Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro e respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 35/2002, de 11 de Dezembro, que tem por objeto regular e disciplinar o acesso de menores tanto a recintos públicos de diversão noturna como exposição, venda ou aluguer e projeção de filmes em vídeo-cassete e, compra e consumo de bebidas alcoólicas e tabaco interditos a menores de 18 anos; a Lei da Família (Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto); Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho, arts. 23 a 27 e 29); Lei n.º 6/2008, de 9 de Julho, Regime Jurídico aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças, nomeadamente a criminalização do tráfico de pessoas e atividades conexas e a proteção das vítimas, denunciantes e testemunhas”; Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança; a Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho, Lei de Organização Tutelar de Menores; a Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro que, criminaliza a violência doméstica praticada contra a mulher e criança, assim como o Decreto n.º 54/2013, de 7 de Outubro que aprova o Regulamento sobre o Controlo de Produção, Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas, que vem satisfazer o preconizado no artigo 33 CDC. Outra Atenção especial também foi dada aquando da revisão do Código Penal de 16 de Setembro de 1886 cujos detalhes apresentamos no subcapítulo reservado ao Código Penal.

Particular atenção a dar é o fato de dos instrumentos legislativos aprovados no pós-independência com exceção da Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Resolução n.º 23/79, de 26 de Dezembro que é anterior à ratificação da CDC, Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro e Decreto n.º 35/2002, de 11 de Dezembro, todas as outras leis moçambicanas supra mencionadas têm como base a Constituição da República de Moçambique, de 2004 e a própria CDC como norma integrante na ordem jurídica interna de Moçambique.

A reforma decorrente da Lei nº 8 /2008, de 15 de Julho a jurisdição de menores faz parte da jurisdição comum e é exercida por tribunais de competência especializada que, para este fim tomam a designação de tribunais de menores. Quanto à sua natureza a jurisdição de menores, de acordo com o art. 3 do mesmo diploma legal, constitui uma jurisdição de equidade, que se orienta por princípios de bom senso e não está sujeita ao critério da legalidade estrita.

Com a revisão dos vários instrumentos legais e aprovação de outros com relevância em matéria dos menores bem como criação de organismos— *Organização dos Continuadores de Moçambique, Parlamento Infantil e Ministério do Género, Criança e Ação Social Moçambique* vem fazendo esforços notáveis em defesa e promoção dos direitos dos menores.

De todo o modo, a promoção e proteção dos direitos de menores, tendo em consideração a obrigatoriedade imposta pelo artigo 19 da CDC, em Moçambique materializa-se a partir da sua Constituição e também de leis específicas arroladas no capítulo III deste estudo. Por outro lado existem instituições do sistema da justiça como a Polícia da República de Moçambique (integrada no Ministério do Interior), o Ministério Público e os Tribunais que, por natureza do seu objeto de criação têm papel preponderante no garante desta nobre responsabilidade do Estado perante os menores.

4.1- Recomendações

Necessidade de criação de tribunais especializados de menores nas capitais provinciais e nos distritos para permitir a especialização dos juízes.

Especialização dos agentes da PRM em matéria de infância e juventude, incluindo atendimento à vítima para garantir o atendimento personalizado.

Criação de Centros de Reabilitação Juvenil nas províncias.

Atualizar / ajustar: a CRM - art. 121, n.º 4 - proibição de trabalho de menor em idade de escolaridade obrigatória e noutra idade com a lei 7/2008 pois, art. 45- acesso ao trabalho- as condições devem ser definidas por lei.

Necessidade de atualizar / ajustar: a CRM - art. 121, n.º 4 - proibição de trabalho de menor em idade de escolaridade obrigatória e noutra idade com lei do Trabalho, Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto - pois art. 23 permite acesso ao trabalho a maior de 15 anos e menor de 18 anos.

Criação de quadro jurídico laboral específico da criança.

Lisboa, aos 10 de Novembro de 2017.

Graça Tiane Rogério

Adjunto de Superintendente da Polícia.

BIBLIOGRAFIA

Bertolazzi, Carmen. (2009). Justiça de Menores em Moçambique: Um Guião para Agentes da Polícia. Maputo.

Caetano, Marcello. (1996). Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. (1.^a Reimpressão portuguesa). Coimbra: Livraria Almedina.

Canotilho, J. J. Gomes & **Moreira**, Vital. (2014). Constituição da República Portuguesa Anotada. Volume I. (4.^a edição). Revista - reimpressão. Coimbra: Coimbra editora.

Chiziane, Moisés Augusto Gueve. (2012). Delinquência e Menoridade em Moçambique. Maputo - Moçambique: Escolar Editora.

Clemente, Pedro José Lopes. (2015). Cidadania, Polícia e Segurança. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Eco, Umberto. (1997). Como se faz uma Tese em Ciências Humanas. Trad. Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. (7.^a edição- 1998). Lisboa. Editorial Presença.

Fabício, Estrela. (s.d). Direitos e Deveres para Aprender. Lisboa: DISLIVRO.

Felgueiras, Sérgio Ricardo Costa Chagas. (2016). Ação Policial Face à Ação Coletiva. Teoria para uma Estratégia de Policiamento de Multidões. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Lakatos, Eva Maria & **Marconi**, Mariana de Andrade. (2001). Fundamentos de Metodologia Científica. (4.^a Edição). São Paulo: Atlas.

Miranda, Jorge. (1993-1994). Direito Constitucional-II. Direitos Fundamentais. Lisboa: Livraria Petrony, Lda.

_____ & **Medeiros**, Rui. (2017). Constituição Portuguesa Anotada. Volume I. Princípios fundamentais. Direitos e Deveres fundamentais. (2.^a edição). Revista. Coleção - Comentário de leis. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Mourgeon, Jacques. (1981). Os Direitos do Homem. Trad. de Dr^a Maria Helena Martins Alves. Publicações Europa-América.

Piovesan, Flávia. (2000). Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. (4.^a edição), São Paulo: Max Limonad Editor.

Prata, Ana. (1999). Dicionário Jurídico: (3.^a edição revista e atualizada), 5^a reimpressão. Coimbra: Livraria Almedina.

Santo, Paula Espírito. (2010). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génese, Fundamentos e Problemas. Lisboa: Edições Sílabos.

Sarmiento, Manuela. (2013). Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada. (3.^a edição). (Revista e aumentada). Coleção Manuais. Lisboa: Universidade Lusíadas Editora.

Sousa, Maria Reynulds de. & **Castro**, Isabel de. (Coord.). (1991). Igualdade, Democracia e Direitos Humanos. (Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres). Lisboa: Codex.

Sousa, António Francisco. (2016). Manual de Direito Policial. Direito da ordem e segurança públicas. Porto: VidaEconómica-Editorial, SA.

Trindade, António Augusto Cançado. (1997). Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Volume I, Porto Alegre: Sérgio António Fabris Editor.

Ministério do Interior. (2008). Plano Estratégico do Desenvolvimento Institucional. Aprovado na 31^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, de 23 de Dezembro. Maputo.

Save the Children UK (2007). Proteger as crianças: atitudes comunitárias em relação ao abuso sexual de crianças nas crianças rurais em Moçambique. Maputo.

UNICEF (2004). Proteção da criança: Manual para Parlamentares, n° 7, União Inter parlamentar, Suíça,

Legislação:

Código Penal e legislação complementar (de 1886), Maputo, 2000.

Constituição da República de Moçambique, de 1990.

Constituição da República de Moçambique, de 2004. Boletim da República, I Série, N.º 51.

Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro. Boletim da República, I Série, N.º 105.

Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. Boletim da República, I Série, N.º 64.

Lei n.º 6/99, de 2 de Fevereiro. Boletim da República, I Série, N.º 4.

Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto. Boletim da República, I Série, N.º 34.

Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto. Boletim da República, I Série, N.º 31.

Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto. Boletim da República, I Série, N.º 31.

Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto. Boletim da República, I Série, N.º 33.

Lei n.º 6/2008, de 9 de Julho. Boletim da República, I Série, N.º 28.

Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho. Boletim da República, I Série, N.º 28.

Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho. Boletim da República, I Série, N.º 28.

Decreto n.º 35/2002, de 11 de Dezembro. Boletim da República, I Série, N.º 50.

Decreto n.º 54/2013, de 7 de Outubro - Boletim da República, I Série 80.

Decreto n.º 85/14, de 31 de Dezembro. Boletim da República, I Série, N.º 105.

Resolução n.º 23/79, de 26 de Dezembro. Boletim da República, I Série, N.º 112.

Decreto n.º 417/71, de 29 de Setembro. Boletim da República, I Série, N.º 230 .

Constituição da República Portuguesa, de 2011. 4.^a reimpressão da edição de Outubro de 2009. Coimbra, edições Almedina.

Outras Fontes

Sociedade de Notícias. SA - Jornal NOTÍCIAS, 16 de Agosto de 2017. N.º 30.127. Edição da Quarta-Feira.

Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de Novembro de 1989.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de Dezembro de 1948.

Declaração dos Direitos da Criança, de 1959.

Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, de 1991.

Relatório do D.A.F.M.V.V., ano de 2015.

Relatório do D.A.F.M.V.V., ano de 2016.

ANEXOS

Tabelas de abrangência do setor de DAFCVV e de visão panorâmica de "violência" praticada contra os menores.

Tabela 1-Abrangência do setor (até 31 de 12/2016)

Província/Cidade	Gabinete Modelo	Esquadras	Comandos Distritais	Posto/Esquadra	Posto/Hospital	Total Atual
Maputo Cidade	1	17	0	11	2	31
Maputo Província	1	9	7	22	1	40
Gaza	2	1	13	3	1	20
Inhambane	1	3	12	8	2	26
Sofala	5	2	9	2	1	19
Manica	1	4	12	1	1	19
Tete	2	6	13	4		25
Zambézia	3	3	16	4	1	27
Nampula	2	6	20	8	2	38
Niassa	1	2	12	1	1	19
Cabo Delgado	2	3	15	0	1	21
Total	21	56	129	64	13	285

Fonte: DAFMVV (Relat. Anual de 2016, p. 10).

Tabela 2- Número geral de casos denunciados

PROVÍNCIA	Crianças		
	2015	2016	Variação Absoluta
Maputo Cidade	878	869	-9
Maputo Província	680	1070	390
Gaza	727	927	200
Inhambane	533	442	-91
Sofala	1062	1253	191
Manica	1123	997	-126
Tete	242	320	78
Zambézia	487	609	122
Nampula	1786	1625	-161
Niassa	903	644	-259
Cabo Delgado	308	341	33
Total	8729	9093	364

Extraído da tabela 5 (Relatório Anual 2015, p. 8) e tabela 6 (Relatório Anual 2016,) do DAFMVV.

Tabela 3- Número de denúncias de casos criminais (violência doméstica)

Tipo de Crime	Crianças 2015			Crianças 2016		
	H	M	Total	H	M	Total
Violência Física Simples	54	188	242	127	300	427
Violência Física Grave	10	14	24	19	21	40
Violência Psicológica	05	28	33	15	15	30
Violência Moral	00	05	05	1	2	3
Violência Patrimonial	05	29	34	4	8	12
Violência Social	00	05	05	2	00	2
Cópula Não Consentida	00	01	01	00	8	8
Cópula Com Transmissão Doenças	00	03	03	00	3	3
Total	74	273	347	168	357	525

Extraídos da tabela 6, (Relat .2015, p. 9) e tabela. 7, (Relat. 2016, p. 13) do DAFMVV

Tabela 4- Número de denúncias de casos criminais contra a liberdade sexual

Tipo de Crime	Crianças 2015			Criança 2016		
	H	M	Total	H	M	Total
Violação	00	63	63	00	252	252
Tentativa de violação	00	03	03	00	00	00
Violação de Menor de 12 anos	00	389	389	00	361	361
Tentativa de violação Menor de 12 anos	00	19	19	00	00	00
Estupro	00	124	124	00	6	6
Atos sexuais com Menores	01	44	45	2	127	129
Atentado ao Pudor	14	78	92	5	49	54
Assédio Sexual	00	01	01	00	00	00
Corrupção de Menores	02	08	10	00	00	00
Utilização de menores na pornografia	00	00	00	00	6	6
Lenocínio	02	13	15	00	1	1
Total	19	742	761	7	796	803

Extraídos da tabela 7, (Relat. 2015, p. 10) e Tabela 9, (Relat.2016, p. 15) do DAFMVV.

Tabela 5- Número de outras denúncias de casos criminais

Tipos de crime	Crianças 2015			Crianças 2016		
	H	M	Total	H	M	Total
Homicídio	03	07	10	00	00	00
Homicídio frustrado	00	02	02	00	00	00
Infanticídio	03	02	05	00	00	00
MausTratos a Menor	95	131	226	67	105	172
Abandono do Menor	80	86	166	00	00	00
Subtração do menor	00	05	05	10	8	18
Entrega ilegítima do menor	00	03	03	2	3	5
Retirada fraudulenta do menor	02	00	02	00	00	00
Rapto	12	28	40	7	13	20
Tráfico de Pessoas(sinalização)	02	07	09	2	8	10
Desleixo em relação ao menor	00	00	00	3	12	15
Exposição e abandono de menor	00	00	00	10	23	33
Constrangimento de menor abandonar os pais	00	00	00	15	34	49
Total	197	271	468	116	206	322

Extraídos da tabela 8, (Relat. 2015, p. 11) e tabela 10, (Relat.2016, p. 17) do DAFMVV

Tabela 6- Casos cíveis denunciados

Tipo de caso	Crianças			Crianças 2016		
	H	M	Total	H	M	Total
Falta de Assistência de Alimento ao filho	1687	2235	3922	1541	2195	3736
Falta Assistência de Alimento ao Cônjuge	00	03	03	00	1	1
Alimentos da Mãe Solteira	00	20	20	00	45	45
Recusa de perfilhação	101	75	176	63	51	114
Impugnação de paternidade	77	72	149	180	190	370
Disputa de menor	20	37	57	00	00	00
Prova de filiação	46	43	89	41	42	83
Abandono do lar	170	190	360	00	00	00
Regulação do Poder parental	133	180	313	263	441	704
Reconhecimento de Paternidade	02	07	09	00	00	00
Descaminho do menor	00	01	01	00	00	00
Abandono de Família	00	01	01	254	149	403
Separação	00	01	01	1	5	6
Divórcio	00	00	00	00	1	1
	2236	2865	5101	2343	3120	5463

Extraídos da tabela 9 (Relat.2015, p.12) e tabela11 (Relat.2016, p. 19) do DAFMVV

Tabela 7- Outros Casos

	Crianças			Crianças 2016		
	H	M	Total	H	M	Total
Crianças achadas	606	620	1226	529	721	1250
Crianças Perdidas	384	450	834	346	384	730
Ciúme	00	00	00	48	20	68
Adultério	00	00	00	43	23	66
	990	1070	2060	91	43	134

Extraídos da tabela10, (Relat.2015, p.13) e tabela 12 (Relat.2016, p. 20) do DAFMVV

Tabela 8- Dados sobre menores em conflito com a lei

CRIME	Perpetradores		
	H	M	Total
Furto	36	1	37
Violação	11	00	11
Violação de menor 12	7	00	7
Ofensas voluntarias simples	2	1	3
Introdução em casa alheia	2	00	2
	58	2	60

Extraído da tabela 13 (Relat. 2016, p. 21) do DAFMVV

No geral, um total de 9.093 contra 8.729 crianças foram "violentadas".

APÊNDICES

Apêndice 1: Pedido de Credenciais

EXMO SENHOR DIRECTOR DE PESSOAL E FORMAÇÃO DO COMANDO
GERAL DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

- MAPUTO -

Excelência,

Graça Tiane Rogério, Adjunto de Superintendente da Polícia, do Curso de Direcção e Estratégia Policial, ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano lectivo de 2017, em Lisboa. Vem, no âmbito do Trabalho Individual Final (TIF), subordinado ao tema "**Direitos, Liberdades e Garantias: A promoção e protecção dos direitos fundamentais de menores em Moçambique**", solicitar a V.Excia autorizar passar Credenciais às entidades abaixo indicadas, com a finalidade de proceder **entrevistas e aceder** a documentos relevantes sectoriais para o trabalho.

Entidades:

- **Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos** –
Exma senhora Secretária Permanente.

- **Comando Geral da PRM** – Exma senhora Chefe do Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência.

Documentos para acesso em ambas instituições

- Relatórios anuais de 2008 até 31 de Dezembro de 2016.

A entrevista e o acesso a tais documentos são imprescindíveis para o desenvolvimento do TIF na medida em que existe a intenção de avaliar a realidade prática da promoção e consequentemente a protecção dos direitos desse grupo etário. O principal objectivo é tirar partido sobre políticas públicas desenvolvidas e aferir a sua materialização bem como o número de denúncias

participadas mediante os itens sectoriais solicitados e por fim identificar e propor possíveis melhorias, considerando que a PRM é uma instituição pública que garante a segurança e protecção da sociedade.

Chimoio, aos 15 de Agosto de 2017

O Peticionário

Graça Tiane Rogério

-Adjunto de Superintendente da Polícia-

Apêndice 2: Entrevista ao senhor Superintendente da Polícia *Delfino José Raimundo*

Apresentação

A entrevista insere-se no âmbito do Trabalho Individual Final (TIF) do Curso de Direção e Estratégia Policial, cujo tema é "Direitos, Liberdades e Garantias: A Promoção e Proteção dos Direitos Fundamentais dos Menores em Moçambique".

As questões apresentadas têm por objetivo colheita de informações sobre estratégias adotadas e ações realizadas no âmbito de proteção e promoção dos direitos dos menores.

Dados da Entrevista:

- **Data**—01 de Setembro de 2017
- **Hora**— 8h11min.
- **Local**—Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência do Comando-Geral da Polícia. Maputo.
- **Nome do Entrevistado**— Delfino José Raimundo. Superintendente da Polícia.
- **Função institucional do Entrevistado**— Chefe de Repartição de Atendimento às Vítimas.

1- Como está organizada a Polícia da República de Moçambique para lidar com os direitos da criança e com os menores em conflito com a lei?

A organização está assente na orgânica da Polícia, aprovada pelo Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro, em que na Estrutura do Comando-Geral da PRM (art. 9, nº 1, alínea I) consta o DAFMVV e concretamente no artigo 21 constam as atribuições desta área ao nível central e no artigo 40, nº 1, alínea k) consta da Estrutura provincial. Ao nível Distrital e de esquadras estão lá representados pelas Secções de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência.

2- Quantas Unidades Especializadas de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência foram criadas até 31 de Dezembro de 2016 ?

Até dia 31 Dezembro de 2016, foram implantados 24 Gabinetes (Esquadras específicas) e 261 Secções de Atendimento, distribuídos pelo país todo.

3- Qual é a distribuição das mesmas por províncias e/ou distritos?

Conforme as unidades criadas o DAFMVV congregava 24 Gabinetes (Esquadras específicas) e 261 Secções de Atendimento (nos Comandos Distritais, Esquadras e Postos) de Moçambique.

4- Qual foi a situação geral de "violência" praticada contra menores no país (de Janeiro até 31/12/2016)?

Um universo de 9.093 crianças sofreram violência de diversa índole. Este número representa um aumento em 364 crianças pois no ano 2015 houve o registo de 8.729 crianças vítimas.

5- Existem estratégias que o setor tem levado a cabo para a promoção e proteção dos direitos dos menores?

As estratégias são várias, desde:

- a) formações continuas aos agentes afetos às Secções de Atendimento em todas províncias; formações nas escolas da Policia e Academia de Ciências Policiais;
- b) Campanhas de palestras para a prevenção e sensibilização nas comunidades;
- c) Reuniões com líderes comunitários, religiosos e tradicionais;
- d) Reuniões com os profissionais de várias instituições.

6- Na sua opinião, que ilações retira do envolvimento e/ou participação das comunidades na denúncia de casos de "violência" cometida contra os menores?

É muito bom, pois com a sensibilização aos vários grupos acima mencionados, temos vindo a aumentar o numero de casos de denúncias.

7- Na sua opinião, a criação e operacionalização na Polícia deste Departamento pode considerar-se cabalmente acautelada a questão de protecção dos direitos dos menores?

É sem duvidas que desde o ano de 2000, o setor tem desempenhado o seu papel na proteção policial dos grupos alvos (crianças, idosos e vítimas de violência).

Para terminar, quer acrescentar alguma questão?

Esta área acaba sendo mais uma resposta dos compromissos que o país tem ao nível das Convenções Internacionais como membro das Nações Unidas.
Obrigado.

Graça Tiane Rogério
Adjunto de Superintendente da Polícia

Apêndice 3: Entrevista ao senhor Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Apresentação

A entrevista insere-se no âmbito do Trabalho Individual Final (TIF) do Curso de Direcção e Estratégia Policial, cujo tema é **Direitos, Liberdades e Garantias: A Promoção e Proteção dos Direitos Fundamentais dos Menores em Moçambique.**

As questões apresentadas têm por objetivo colheita de informações sobre estratégias adoptadas e ações realizadas no âmbito de proteção e promoção dos direitos dos menores.

Dados da Entrevista:

- **Data** -17 de Outubro de 2017
- **Hora** -09h36
- **Local** -Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania - Maputo
- **Nome do Entrevistado** - Albachir Macassal
- **Função institucional do Entrevistado** -Director Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, *no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.*

A Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho, Lei de Organização Tutelar de Menores visa harmonizar os procedimentos contra as crianças em conflito com a lei e preceitua para o estabelecimento de secção de prevenção criminal do Tribunal de Menores para defender a criança e para assegurar que os seus direitos não sejam violados.

1- Até 31/12/2016, quantas Secções haviam sido criadas?

Em termos de quantidade não iria avançar, todavia, Moçambique, até a data tem um (01) tribunal especial, o Tribunal de Menores, localizado na Cidade de Maputo.

2- Qual é a sua distribuição por províncias?

Nas províncias há Secções de Tribunal de Menores que funcionam junto dos Tribunais Judiciais de Província. O mesmo sucede para com os distritos, onde há um Tribunal Judicial de Distrito também funciona uma Secção de Tribunal de Menores.

3- O Código Penal preconiza a criação de estabelecimentos penitenciários de recuperação juvenil para o cumprimento de penas ou medidas de segurança privativas de liberdade com o fim especial de educação de delinquentes maiores de dezasseis e menores de vinte e um anos. (artigo 75, n.º 1).

a) Quantos foram criados até 31/12/2016?

Temos um e único, que até se considera de prisão-escola, localizado na zona de Massidla, distrito de Boane, província de Maputo, há sensivelmente quatro anos.

b) Qual é a sua distribuição por províncias?

A distribuição, de momento, é como disse, apenas temos um estabelecimento em Boane- província de Maputo. Sou de sublinhar que este estabelecimento de Boane tem a sua ala na Penitenciária Industrial de Nampula. Noutras províncias as penitenciárias têm Secções (celas) para os menores, inclusive as celas de trânsito localizadas junto dos tribunais judiciais.

c) Qual é a Capacidade geral de absorção?

É difícil neste momento precisar a capacidade de absorção.

4- Existindo estabelecimentos penitenciários de recuperação juvenil, que garantias estes oferecem para assegurar o desenvolvimento intelectual, educacional e de sanidade dos menores?

O Estabelecimento de Boane é um centro de referência. Uma das atividades é a justiça ressocializante e não retributiva. A política é educar, ressocializar e integrar na comunidade. Dentro dos estabelecimentos há escolas do sistema nacional de educação. Também abriu-se a possibilidade de frequentar-se nas escolas do sistema nacional de educação existentes na comunidade à volta dos estabelecimentos penitenciários. Igualmente as penitenciárias têm formação profissionalizante. Há todo o atendimento no âmbito da saúde.

5- Que outras instituições havia (até 31/12/2016) (previstas no artigo 75, n.º 2 do Código Penal), vocacionadas ao atendimento e assistência, proteção e educação de menores criminalmente imputáveis?

- Não existe outras.

a) Qual é a sua distribuição por províncias?

Não havendo outras instituições, logicamente não pode haver sua distribuição.

b) Qual é a sua capacidade geral de absorção?

A capacidade é inexistente.

6- Existem estratégias (políticas públicas) que o setor tem levado a cabo para a promoção e proteção dos direitos dos menores?

- Criação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, do âmbito governamental mas que é independente, com mandato para conhecimento e tratamento de situações que envolvam menores.

- Institucionalização de Provedor da Justiça, no âmbito governamental, que zela pela reposição dos direitos violados no funcionamento da Administração Pública.

- Implantação das Procuradorias, dos Tribunais e do próprio Departamento de Atendimento à Família e Menor Vítimas de Violência - na PRM.

- Implantação do Mecanismo Integrado de Atendimento à Criança Vítima de Violência, tutelado pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social. Neste se envolvem todas as instituições.

- Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança, atual, Conselho Nacional da Ação Social, assim chamada por a questão da vitimologia envolver todas as idades e até deficientes. Com esta nova designação foram aprimoradas as políticas de Segurança Básica e Ação Social Básica integradas no Instituto Nacional de Ação Social.

- Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016- 2024.

- Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos casamentos Prematuros 2016- 2019.

- Plano Nacional de Ação para Crianças Órfãs e Vulneráveis.

- Plano Nacional de Ação para a Criança 2013- 2019, que inclui matérias do Plano Nacional de Ação para Crianças Órfãs e Vulneráveis.

- Estratégia de Desenvolvimento da Primeira Infância.

- À semelhança da Cidade de Maputo quem tem tribunal específico de menores, está a se envidar esforço no sentido de se instalar em cada província 01 (um) tribunal de menores, específico, nas cidades capitais. Para os distritos poderão ser criados mas o certo é que do momento o número de casos que envolvam menores que os tribunais têm conhecido ainda não é relevante para que se instale nesses tribunais especializados. Nos distritos, a resolução muita das vezes é por via da justiça comunitária (régulos e tribunais comunitários) por serem familiares e não chegam ao Tribunal Judicial de Distrito. Tudo isso tem nada a ver com o desenvolvimento diferenciado entre a criança da cidade e criança do meio rural. Por vezes se resolve melhor lá no meio rural com base nos usos e costumes e por individualidades legitimadas pela comunidade.

De referir que essas estratégias são geridas ou coordenadas pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social.

7- Existirá outras instituições não governamentais, que em coordenação com o Ministério da Justiça operam na área de proteção e promoção dos direitos dos menores?

Sim. Temos memorando de entendimento assinados com:

- Organizações da Sociedade Civil
- Comunidade Santo Egídio.
- Liga dos Direitos Humanos.
- Conselho Cristão de Moçambique
- Action Aid
- Save the Children.
- Organizações Religiosas.

a) Qual é o campo de ação de cada uma delas?

Organizações da Sociedade Civil são a parte onde tais menores se encontram integrados, pelo que participam no aconselhamento formação e integração dos mesmos. A Comunidade Santo Egídio intervém no atendimento ao HIV/SIDA e formação profissionalizante. A Liga dos Direitos Humanos se ocupa em assistência na matéria dos direitos humanos. O Conselho Cristão de Moçambique intervém na formação espiritual. A Action Aid desenvolve assistência de fórum profissionalizante. A Save the Children assiste na vertente de promoção dos direitos de menores, logística, infra-estruturas e formação

dos agentes ligados à vida dos menores. As Organizações Religiosas operam na parte espiritual.

8- Na sua opinião, a forma de organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais prevista na lei acautela, cabalmente, a questão de proteção dos direitos dos menores, e com menores em conflito com a lei?

Penso que sim, tendo em conta que os assuntos de menores já são tratados em secções específicas dentro dos tribunais e não como era antes, em que o tratamento fazia-se nos tribunais comuns.

9. Para terminar, quer acrescentar alguma questão?

Certamente. Embora a Lei n.º 6/2008, de 9 de Julho possa ser flexível, ou seja, auto-implementável é preciso ter em mente que as Leis n.º 6/2008, de 9 de Julho- Regime Jurídico aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças; Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança; a Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho, Lei de Organização Tutelar de Menores não estão regulamentadas e isso complica a sua aplicação.

Falar dos direitos de menores é falar de mecanismos existentes para garantia desses direitos. O título III da CRM constitui a base principal da garantia dos Direitos Liberdades e Garantias do Cidadão. Estes princípios tem de estar em harmonia com as Convenções internacionais e estas não devem contrariar a CRM. O governo cria instituições, e desde logo a questão de criança é transversal na medida em que não se pode falar dela sem envolver as demais entidades: Ministério da Saúde; Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano; Ministério do Género, Criança e Ação Social (inclui proteção psicossocial); Ministério do Interior (não só por proteção mas também deter o DAFMVV); Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar; Ministério da Defesa Nacional também está incluso no interesse superior da criança.

Todas as políticas sociais visam garantir que as crianças tenha um bom futuro. E isto só é possível havendo normas criadas de acordo com cada aspeto; é daí que aparece aquilo que se pode chamar de pacote: Lei n.º 6/2008, de 9 de Julho- regime jurídico aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças; Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança; a Lei n.º 8/2008, de

15 de Julho, Lei de Organização Tutelar de Menores; a Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro que, criminaliza a violência doméstica praticada contra a mulher e criança; Convenção sobre os Direitos da Criança, Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança.

<<Obrigado>>

Graça Tiane Rogério
Adjunto de Superintendente da Polícia